



Ata nº. 24/2013

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 18.12.2013**

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO: -----

PRESIDENTE: -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

VEREADORES: -----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP); -----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD.CDS-PP); -----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Anabela Ribeiro de Oliveira (PPD/PSD.CDS-PP); -----

Maria José Rodrigues Dias (PS); -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h40 quando o senhor Presidente da Câmara deu início à reunião. -----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida. -----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA; -----

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria nº241, datado de 12 de dezembro de 2013, cuja dotação orçamental é de 41.979,24€ e dotação não orçamental é de 454.419,20€. -----

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

A Câmara tomou conhecimento dos assuntos despachados ao abrigo da competência delegada a



CÂMARA MUNICIPAL

que se refere o artigo 34º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Anabela Ribeiro de Oliveira (PPD/PSD.CDS-PP) – Solicitou esclarecimentos quanto ao ponto da situação que referiu na reunião de 06.11.2013 relativamente ao Centro Escolar de Resende (situação de acumulação de água, em dias de chuva, no espaço do recreio destinado às crianças e colocação de uma cobertura entre o portão e a porta de acesso ao edifício para evitar que as crianças se molhem nos dias chuvosos).-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que devido ao acumular de trabalho verificado no início de mandato (o executivo tomou posse a apenas dois meses) ainda não teve oportunidade de tratar essa situação, mas que com toda a certeza, no início do ano e juntamente com os serviços técnicos da autarquia, o assunto será devidamente tratado.-----

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS) – Lembrou que embora o assunto ainda não tenha sido tratado em termos definitivos, está em prática uma solução provisória que minimiza, em dias chuvosos, os incómodos provocados às crianças, que é a abertura de uma outra porta de acesso, existente junto ao jardim de infância e que permite o acesso a um corredor e posteriormente deste para as salas de aula, reduzindo assim a distância a percorrer pelas crianças, como aliás já havia referido na citada reunião de 06.11.2013.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Solicitou esclarecimentos quanto à proposta que apresentou na última reunião de câmara, relativa à colocação de “outdoors publicitários” do concelho em algumas saídas da A4 e da A24, uma vez que a mesma ficou de ser discutida e votada na presente reunião.-----

Presidente da Câmara – Informou que foi contactada uma empresa especializada na prestação deste tipo de serviços, incluindo o respetivo licenciamento, tendo em vista a obtenção de um orçamento para o efeito, encontrando-se a autarquia à espera da respetiva resposta. Quanto à sinalética que se encontra em falta na Régua, disse já ter falado com o responsável técnico das Estradas de Portugal, solicitando-lhe a resolução da situação. Concluiu dizendo que assim que houver respostas e informação de cabimento o assunto será de novo presente ao órgão executivo para deliberar.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:------

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----



CÂMARA MUNICIPAL

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Com referência ao Despacho da Presidência nº25/2013, através do qual o senhor Presidente delegou e subdelegou competências no senhor Vereador Albano Santos, referiu que se está a passar aquilo que a sua bancada já havia alertado há algum tempo atrás, ou seja, a existência de um Presidente a meio tempo, atenta a importância das competências em causa, algumas até estratégicas, que no anterior mandato estavam na exclusiva dependência do Presidente.-----

Presidente da Câmara – Informou que esta sua opção deriva do facto de ter entendido que logo após a tomada de posse deveria ser ele próprio a assumir as mesmas pastas do seu antecessor, por forma a não causar quaisquer perturbações no normal funcionamento dos serviços e que agora, decorrido que está algum tempo e encontrando-se os serviços perfeitamente normalizados, entendeu que a área do urbanismo, que lhe vem tomando muito do seu tempo, deveria ser delegada em alguém que já tem alguma experiência na área, ficando o Presidente com mais tempo para tratar de outras competências, como por exemplo a financeira e a representação institucional.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Disse que em face das explicações dadas, considera que o exercício das funções de Presidente da Câmara a tempo inteiro não se coaduna com o exercício simultâneo de qualquer outra profissão, pois a tarefa de dirigir um município exige uma dedicação exclusiva por parte de quem as desempenha.-----

Presidente da Câmara – Disse que discordava em absoluto com as afirmações proferidas, uma vez que a distribuição de competências não é estanque neste ou em qualquer outro município, cabendo ao presidente efetuar-la da forma que entende melhor defender os interesses da autarquia. A sua dedicação ao cargo de Presidente de Câmara é a 100%, não sendo por isso um Presidente a meio tempo, bem antes pelo contrário. Concluiu dizendo também que desta forma terá mais tempo para sair dos Paços do Município e ir ao encontro das pessoas e à resolução dos seus problemas.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. VITOR MANUEL SILVA BORGES – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº 164/2008;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, para aprovação, a declaração de caducidade do processo nos termos do nº5 do Artº71 do RJUE. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar declarar a caducidade, nos termos das informações dos serviços.**-----

C.3. PROCESSO DE TOPONÍMIA - JUNTA DE FREGUESIA DE S. MARTINHO DE MOUROS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a retificação do processo de toponímia da Freguesia de São Martinho de Mouros.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----



CÂMARA MUNICIPAL

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a retificação do processo.**-----

C.4. NORMAS PARA A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta de alteração às Normas para a Concessão de Apoio Financeiro às Atividades de Interesse Público Municipal, subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

C.5. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RESENDE – VOLEIBOL – DESPORTO ESCOLAR – PEDIDO DE TRANSPORTE E PAVILHÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido do Agrupamento de Escolas de Resende para a utilização de um pavilhão municipal e respetivo transporte, desde a residência até ao pavilhão e vice-versa, dos atletas da equipa de voleibol de desporto escolar, às quartas e sextas feiras das 17H00 às 19H00.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido nos termos das informações dos serviços e celebrar protocolo.**-----

C.6. PROJETO CLDS+ – SUBSTITUIÇÃO DE COORDENADORA TÉCNICA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a fundamentação da nomeação da nova coordenadora técnica para o projeto CLDS+.-----

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.-----

C.7. LEI DE COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e envio posterior à Assembleia Municipal, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia daquele órgão.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Referiu que mesmo com o enquadramento legal que é colocado, a sua bancada irá votar contra a proposta, por entenderem que o órgão deliberativo deve mesmo assim pronunciar-se acerca da proposta e por considerarem que desta forma estamos a assistir a um esvaziamento das suas competências, o que não consideram correto.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 votos contra da bancada do**



CÂMARA MUNICIPAL

PPD/PSD.CDS-PP), aprovar a proposta e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.8. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2013-2017;---

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pela senhora Vereadora do Pelouro da Educação, relativa à constituição do Conselho Municipal de Educação 2013/2017.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.9. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2014;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Começou por dizer que não obstante ser da competência da maioria a apresentação das GOP e Orçamento, a sua bancada não queria deixar de dar aqui o seu contributo para o melhoramento destes documentos previsionais, que representam uma estimativa para o futuro e têm como objetivo servir o melhor possível o nosso concelho. Relativamente ao enquadramento político que é feito dos documentos, disse que não gostariam de deixar de fazer um esclarecimento que tem a ver com a origem da austeridade que é anunciada e que tantas vezes é referida, esclarecendo que há 3 anos atrás estávamos a falar de um contexto de pré bancarrota, em que não havia dinheiro para pagar os salários da função pública, pensões e prestações sociais. Na narrativa política de há 3 anos atrás falava-se em 4 elementos essenciais do ponto de vista da despesa e/ou investimento público, como sejam, um aeroporto, uma terceira travessia sobre o Tejo, um comboio de alta velocidade e mais uma autoestrada no litoral. Pretendeu com isto dizer que a origem da austeridade não está nas políticas adotadas, algumas delas, pelo atual Governo, mas sim no caminho que nos levou até aqui e na assinatura de um acordo com os nossos credores internacionais para poder fazer face a todas as despesas do Estado e da Administração Pública. Seguidamente citou a seguinte passagem da página 6 dos documentos previsionais: “considerando o período de austeridade que atravessamos, com consequências devastadoras para a generalidade dos cidadãos, com especial incidência nos grupos mais desprotegidos e vulneráveis”. Prossequindo, disse que a sua bancada tem feito aqui e noutros contextos que quando a respeito do Tribunal ou de outros serviços públicos, são radicalmente contra o encerramento desses serviços, todavia, a propósito da citação que fez disse tratar-se de uma falsa questão, pois foram tomadas medidas que o provam, como é o caso do aumento do número de isentos no serviço nacional de saúde, o descongelamento das pensões mínimas e rurais, a cantina social para 100 refeições diárias, o aumento, fruto da alteração da legislação existente, das vagas sociais nos lares de idosos e a diminuição do preço dos medicamentos. Não lhes parece por isso



CÂMARA MUNICIPAL

justo fazer-se aqui esta referência, em especial para os reformados e aposentados com menores rendimentos, devendo todos nós assumir as respetivas responsabilidades neste caminho, o que a não ser feito nos parece ser do ponto de vista ético e político reprovável. Disse ainda registar com agrado a inclusão nos documentos previsionais de algumas das propostas que estavam inscritas no programa eleitoral da coligação PSD/CDS Por Resende, não lhe sendo possível avaliar as propostas da maioria eleita porque, tanto quanto sabe, não apresentou qualquer programa eleitoral propriamente dito ao eleitorado resendense, para além de algumas ideias que divulgou. Quanto às propostas do programa eleitoral da coligação PSD/CDS Por Resende agora contempladas, deu como exemplos a regeneração urbana de Caldas de Aregos, o parque lúdico e desportivo da Granja, o gabinete de apoio à agricultura, as parcerias com instituições do ensino superior, as ações, ID's e inovação dos produtos, os processos de marketing e organização, a certificação da cereja, potenciar a riqueza cultural e paisagística", promover a criação de incubadora de empresas, a requalificação do antigo quartel da GNR em centro de novas tecnologias, referindo que é com satisfação e agrado da parte da sua bancada que propostas por si sugeridas ao eleitorado, tivessem merecido abertura por parte do senhor Presidente para serem colocadas em prática no desenvolvimento do concelho de Resende.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Relativamente à questão social, esclareceu que em Resende, no que diz respeito às cantinas sociais, apenas 65 pessoas é que são apoiadas fruto da política incorreta agora adotada pelo Governo. No que diz respeito às vagas sociais disse ser totalmente falso o afirmado, dado que já há muito tempo que é 20% em equipamentos antigos e 30% em equipamentos novos. Referiu ainda que os idosos deixaram de poder ir às consultas aos hospitais do Porto em ambulância porque o Governo lhes cortou essa benesse, sendo que agora se quiserem ir têm de utilizar transportes públicos, indo de táxi até à estação de comboio, o que representa um enorme custo financeiro, daqui não resultando, portanto, qualquer benefício para os idosos, bem antes pelo contrário, das políticas adotadas pelo atual Governo.-----

Albano António Alves dos Santos (PS) – Referiu que ao ouvir a intervenção do senhor Vereador Jaime Alves, pensou, por momentos, que estaria na Assembleia da República e não numa reunião de câmara, tal foi a forma como defendeu as políticas do atual Governo e como de alguma maneira tentou atacar os últimos 6 anos de governação do Partido Socialista, tentando culpabilizar o PS por todos os males que estamos a sofrer, esquecendo-se, porém, que antes esteve o PSD no Governo, esteve o PS, esteve outra vez o PSD, passando por Cavaco Silva e por aí além. Entende por isso que dizer que tudo o que está mal no país se deve às políticas dos últimos 6 anos, é no mínimo inqualificável. Quanto às alegadas políticas do atual Governo em prol dos mais desfavorecidos, lembrou que à semelhança daquilo que acontece com os doentes e com os idosos, acontece com o resto da população em geral, pois tudo aquilo que apregoam como aumentos que vieram beneficiar camadas mais desfavorecidas, são depois engolidos com todos os aumentos dos outros bens e serviços, que tem sido descomunal nos últimos tempos, sendo pois para si muito duvidoso afirmar que as pessoas agora estão melhor.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Esclareceu que o que tinha dito atrás, relativamente ao que está registado na página 6 (“considerando o período de austeridade que atravessamos, com consequências devastadoras para a generalidade dos cidadãos, com especial incidência nos grupos mais desprotegidos e vulneráveis”), do seu ponto de vista é falso pelas razões por si expostas. Quanto à intervenção do senhor Vereador Albano Santos, recordou que a nossa dívida pública de 2005 para 2011, passou de 60% do PIB para 120% do PIB e mesmo assim, passados estes anos de governação, a narrativa política era o novo aeroporto, a terceira travessia do Tejo, o TGV e uma nova autoestrada no litoral, o que é uma atitude elucidativa, pois deixamos de ter dinheiro para pagar salários e prestações sociais e ainda assim a receita continuava a ser o investimento público desta forma. Resende não tem ligações condignas a norte e a sul porque todo o investimento foi encaminhado para a construção de autoestradas no litoral, por vezes em duplicado. Continuou fazendo alusão ao quadro comparativo constante da página 12, que respeita às transferências do orçamento de estado para o município de Resende desde 2010 até 2014, dizendo que quando aí se refere que o valor acumulado de 2011 a 2014 é de menos 3.445.781,00 euros, a sua bancada não pode deixar de registar o seguinte: o orçamento de 2010 e de 2011 foi aprovado pelo Governo do PS e os restantes até 2014 pela atual coligação do Governo, sendo que só no ano de 2011 houve um corte do Governo Socialista para o município de 564.373,00 euros e no acumulado dos anos seguintes (2012, 2013 e 2014), um corte de 509.726,00 euros, o que não deixa de ser elucidativo, pois o Governo do PS só num ano cortou mais que o atual Governo nos 3 anos seguintes. Terminou dizendo que a sua bancada se iria abster na votação deste assunto e que se voltaria a falar do mesmo aquando da aprovação da conta de gerência.-----

Presidente da Câmara – Disse que o que está no quadro em questão é efetivamente a realidade, sendo-lhe indiferente quem é ou quem são os autores dos cortes das verbas e que o que o preocupa verdadeiramente é a situação do município de Resende enquanto Presidente da Câmara, pois cabe-lhe a ele zelar pelo futuro do concelho e é com estes números que tem de lidar.-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (3 abstenções da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.10. GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO JUVENTUDE DE ANREADE – SECÇÃO DE ANDEBOL - PEDIDO DE APOIO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de apoio financeiro no valor de 3.350,00€, para aquisição de material desportivo e equipamentos de jogo destinado ao escalão de juvenis masculinos. O senhor Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Solicitou esclarecimentos quanto à forma encontrada para atribuir a verba em causa, nomeadamente se foi ou não apresentado algum orçamento ou se existe outro tipo de informação que faça o enquadramento da verba a atribuir.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara – Esclareceu que a verba a atribuir é aquela que é considerada adequada para a aquisição do equipamento e material de jogo em causa, nada mais tendo a explicar.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Disse que em face da escassa explicação dada pelo senhor Presidente a sua bancada iria abster-se na votação deste assunto.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 abstenções da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar a atribuição de uma participação financeira no valor de 3.000,00 euros, a pagar em 2014.**-----

C.11. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO/DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS - MANDATO 2013-2014;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, relativa à nomeação/designação dos membros dos órgãos da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, mandato 2013-2017. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 abstenções da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar a proposta.**-----

C.12. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A.;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 abstenções da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar a proposta e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.13. PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A.;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 abstenções da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar a proposta.**-----

C.14. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – CONTRATO-PROGRAMA PARA 2014 – APROVAÇÃO DA MINUTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta de minuta do contrato-programa para 2014, a celebrar entre o Município e a Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E.M., S.A.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Em nome dos Vereadores da coligação, referiu que iriam votar contra a minuta do contrato-programa por entenderem que se insiste num modelo de gestão falhado, sem resultados para a economia e para as pessoas, expondo os seguintes fundamentos. Ponto nº1 - A transferência de verbas da Câmara vai aumentar em 25.000€, sem se explicar porquê; Ponto nº2 - O estudo de viabilidade económica, que esteve na base do negócio, nunca atingiu as metas traçadas; Ponto nº3 - Numa lógica de gestão 100% pública, a Companhia das Águas das Caldas de Aregos nunca foi a alavanca prometida; Ponto nº4 - Assumido o falhanço da gestão pública local, a Câmara lançou um Concurso Público Internacional para encontrar parceiros privados, tendo ficado “deserto”, sem qualquer concorrente; Ponto nº5 - Já na fase final do mandato anterior, foi apresentada e votada, em Assembleia Municipal, uma proposta, identificando-se um privado para investir em Aregos. A via era o ajuste direto, falhou igualmente.-----

Presidente da Câmara – Disse que esta minuta é a proposta da maioria, representando no momento a sua estratégia para a empresa municipal, se bem que se houvesse possibilidade a autarquia até deveria aumentar um pouco mais a verba a transferir.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 votos contra da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar a proposta e remeter à Assembleia Municipal.**-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 11h50. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2013.-----

E eu, António Manuel de Almeida Pinto, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo.-----

Dr. M. Garcez Trindade
Presidente da Câmara Municipal

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU